

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1-I

1 A impossibilidade de manter silêncio sobre um
 assunto é uma observação que pode ser feita a respeito de
 muitos casos de patente injustiça que nos enfurecem de um
 4 modo até difícil de ser capturado por nossa linguagem. Ainda
 assim, qualquer estudo sobre a injustiça também demanda uma
 enunciação clara e uma análise arrazoada.

7 A necessidade de uma teoria da justiça está
 relacionada com a disciplina de argumentar racionalmente
 sobre um assunto. Afirma-se, às vezes, que a justiça não diz
 10 respeito à argumentação racional. É fácil ficar tentado a pensar
 nessa linha. Quando nos defrontamos, por exemplo, com uma
 alastrada fome coletiva, parece natural protestar em vez de
 13 raciocinar de forma elaborada sobre a justiça e a injustiça.
 Contudo, uma calamidade seria um caso de injustiça apenas se
 pudesse ter sido evitada, em especial se aqueles que poderiam
 16 ter agido para tentar evitá-la tivessem deixado de fazê-lo. Entre
 os requisitos de uma teoria da justiça inclui-se o de permitir
 que a razão influencie o diagnóstico da justiça e da injustiça.

Amartya Sen. *A ideia de justiça*. Denise Bottmann e Ricardo D. Mendes
 (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB1A1-I, julgue os itens
 subsequentes.

- 1 O protesto é a primeira e a mais natural reação do ser humano a calamidades ou a casos de injustiça.
- 2 O autor do texto defende a ideia de que a razão é um elemento de relevância na definição do que possa ser considerado justiça ou injustiça.
- 3 Infere-se do texto que calamidades com conseqüências de proporções imensuráveis não devem ser consideradas casos de injustiça, já que é impossível contê-las.
- 4 Para o autor do texto, nem sempre a discussão sobre justiça pode ser feita a partir de uma argumentação racional, visto que, em casos de evidente injustiça, as pessoas são tomadas por um impulso que as impede de raciocinar antes de agir.

Julgue os próximos itens, relativos aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1-I.

- 5 Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso o trecho “uma calamidade seria um caso de injustiça apenas se pudesse ter sido evitada” (l. 14 e 15) fosse reescrito da seguinte maneira: apenas uma calamidade que poderia ter sido evitada é um caso de injustiça.
- 6 Na expressão “fazê-lo” (l.16), a forma pronominal “lo” retoma a ideia de agir para tentar evitar uma calamidade.
- 7 Na forma “Afirma-se” (l.9), o emprego do pronome “se” indica que não existe um agente responsável pela ação de afirmar.
- 8 A correção gramatical do texto seria mantida se, no trecho “Quando nos defrontamos, por exemplo, com uma alastrada fome coletiva” (l. 11 e 12), a forma pronominal “nos” fosse suprimida.
- 9 Na linha 3, o adjetivo “patente” tem o significado de **impressionante**.
- 10 Na linha 9, caso a expressão “às vezes” fosse deslocada para imediatamente após “justiça”, feitos os devidos ajustes de pontuação, a correção gramatical seria mantida, mas o sentido original do texto seria alterado.
- 11 A substituição de “relacionada com a disciplina” (l.8) por **relacionada à disciplina**, embora mantivesse o sentido do texto, prejudicaria sua correção gramatical.

Espaço livre

Texto CB1A1-II

1 Falar em desigualdade é falar também em pobreza. A
 2 reprodução social das desigualdades contribui para o
 3 aprofundamento das situações de pobreza, por isso uma
 4 estratégia de enfrentamento deve considerar a conexão entre as
 5 duas pautas.

6 É necessário compreender que a desigualdade se
 7 expressa em diferentes dimensões na vida das pessoas e que
 8 apenas uma minoria se beneficia com a acumulação de riqueza
 9 e de poder. No caso do Brasil, há especificidades que devem
 10 ser observadas. A história de colonização e de escravidão
 11 deixou heranças ainda presentes, que resguardam a condição
 12 desigual no acesso a bens, serviços e equipamentos públicos.

13 A desigualdade não é natural; ela é uma construção
 14 social. Quando a desigualdade é naturalizada, ela passa a
 15 instituir o poder da opressão social. Os mecanismos que
 16 reproduzem as desigualdades devem ser revelados de forma
 17 que se possibilite seu enfrentamento pela sociedade civil por
 18 meio da cidadania ativa, buscando-se o aprofundamento da
 19 democracia e a garantia da justiça de gênero, da igualdade
 20 racial e dos direitos humanos.

Kátia Maia. *Vamos falar sobre desigualdade?*
 Internet: <www.oxfam.org.br> (com adaptações).

Acerca das ideias e dos sentidos do texto CB1A1-II, julgue os itens a seguir.

- 12 A história do Brasil é marcada por fatos cujos efeitos na sociedade até hoje contribuem para a manutenção de desigualdades.
- 13 No texto, a palavra “minoria” (l.8) refere-se aos grupos sociais marginalizados, em situação de maior vulnerabilidade social, tal qual a população das periferias, por exemplo.
- 14 Considerando que situações de pobreza são sensíveis ao grau de desigualdade de um país, a autora do texto argumenta que uma ação de enfrentamento da desigualdade consequentemente combate a pobreza.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue os itens subsecutivos.

- 15 A substituição da forma verbal “compreender” (l.6) por **compreendermos** prejudicaria a correção gramatical do texto, assim como alteraria os seus sentidos originais.
- 16 A introdução de uma vírgula imediatamente após a palavra “revelados” (l.16) manteria a correção gramatical do texto.
- 17 Os termos “de gênero” (l.19), “da igualdade racial” (l. 19 e 20) e “dos direitos humanos” (l.20) complementam a palavra “justiça” (l.19).

No que se refere à participação de pessoas com deficiência na vida pública e política, julgue os itens seguintes.

- 18 A despeito da garantia do voto direto e secreto, a pessoa com deficiência que necessitar de auxílio para votar, e o tiver requerido, deverá ser atendida.
- 19 O poder público deve providenciar a instalação de seções eleitorais exclusivas para pessoas com deficiência, para garantir-lhes o direito de votar e a oportunidade de exercer seus direitos políticos.

Empresa de ônibus concessionária de serviço público foi condenada a indenizar um casal de cadeirantes em razão da recusa de quatro motoristas em embarcá-los. Havia somente o casal no ponto de ônibus no início da noite, e os motoristas da empresa não atendiam ao sinal de parada; passavam direto, propositadamente.

A partir dessa situação hipotética, julgue os próximos itens, acerca do direito à acessibilidade.

- 20 A conduta dos motoristas da empresa de ônibus violou o direito à acessibilidade, segundo o qual devem ser garantidas a pessoas com mobilidade reduzida possibilidades e condições de alcance para utilização de transporte coletivo público ou privado, tanto em zona urbana quanto em zona rural.
- 21 Pelo fato de quatro de seus motoristas terem desrespeitado regras de acessibilidade, o responsável pela referida concessionária de serviço público poderá responder por ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Está, pois, suficientemente esclarecido que a virtude moral é um meio-termo entre dois vícios, um dos quais envolve excesso e o outro, deficiência, e isso porque a sua natureza é visar à mediania nas paixões e nos atos.

Do que acabamos de dizer segue-se que não é fácil ser bom, pois em todas as coisas é difícil encontrar o meio-termo.

(...)

A justiça corretiva será o intermediário entre a perda e o ganho. Eis aí por que as pessoas em disputa recorrem ao juiz; e recorrer ao juiz é recorrer à justiça, pois a natureza do juiz é ser uma espécie de justiça animada; e procuram o juiz como um intermediário, e em alguns Estados os juizes são chamados mediadores, na convicção de que, se os litigantes conseguirem o meio-termo, conseguirão o que é justo. O justo, pois, é um meio-termo, já que o juiz o é. Ora, o juiz restabelece a igualdade.

Aristóteles. *Ética a Nicômaco. In: Os pensadores.* (Org.) José A. M. Pessanha. 4.ª ed., v. 2, São Paulo: Nova Cultural, 1991 (com adaptações).

A partir das ideias constantes nesse fragmento de texto, julgue os itens a seguir.

- 22 Aristóteles vincula a justiça à natureza do trabalho de juiz, cuja atuação deve ser ética e corresponder ao exercício da própria noção de justiça.
- 23 Constatar a dificuldade em ser bom é uma questão ética que constitui uma condição para que as pessoas recorram ao juiz, pois a natureza de seu trabalho é a bondade.
- 24 Depreende-se do texto que a decisão do juiz, apesar de ética, não necessariamente representa o justo para os litigantes, pois um terá de perder e o outro, ganhar, para que a justiça corretiva aconteça.
- 25 Com o objetivo de promover os valores éticos para o bem da sociedade, a fórmula aristotélica da mediania propõe a rigorosa punição dos vícios pelos agentes públicos, simbolizados no texto pela profissão de juiz.
- 26 Conforme a ética aristotélica, o meio-termo deve ser buscado por todas as pessoas como principal caminho para uma vida virtuosa, tanto nas ações como nas paixões humanas, a fim de se equilibrarem os vícios, tanto os decorrentes do excesso como aqueles que resultam da falta.

Julgue os próximos itens, com base na Lei n.º 8.112/1990 e na Portaria PGR/MPU n.º 98/2017 — Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União (MPU) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

- 27 É cabível penalidade de suspensão ao servidor que reincidir em faltas punidas com advertência.
- 28 Além de ser uma violação ética, a inassiduidade habitual é uma conduta passível de suspensão por até noventa dias, conforme a Lei n.º 8.112/1990.
- 29 O Código de Ética e de Conduta do MPU e da ESMPU proíbe que os servidores desses órgãos adotem postura hostil e ofensiva no ambiente de trabalho e pratiquem qualquer tipo de assédio contra os demais profissionais.

No que se refere à ética no serviço público, julgue os itens seguintes, à luz do disposto no Decreto n.º 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Serviço Público).

- 30 Não descumpra o dever de respeito à hierarquia o servidor que denunciar pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas.
- 31 Uma das regras deontológicas que regem a conduta dos servidores públicos federais é o espírito de solidariedade, conforme o qual se espera que o servidor seja complacente em caso de erro ou infração, pois a superação de falhas representa uma oportunidade para o engrandecimento profissional dos servidores públicos.

No que se refere à Lei Complementar n.º 75/1993, julgue os itens a seguir.

- 32 Membro do Ministério Público da União poderá renunciar à promoção, em qualquer tempo, se houver vaga na categoria imediatamente anterior.
- 33 Conflito de atribuição de determinado caso envolvendo um membro do Ministério Público Federal e um membro do Ministério Público Militar deverá ser submetido à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, e por ela decidido.
- 34 No exercício do controle externo da atividade policial, o Ministério Público pode ter acesso a qualquer documento produzido pelo órgão da polícia, bem como ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais.
- 35 Quando um membro do Ministério Público da União comete alguma falta disciplinar, a conseqüente instauração de processo administrativo deve interromper o prazo prescricional para aplicação da sanção.

Com relação ao conceito do Ministério Público, aos princípios institucionais, à autonomia funcional e administrativa, à elaboração da proposta orçamentária e aos vários ministérios públicos, julgue os itens subsecutivos.

- 36 Ao Ministério Público, órgão essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a defesa dos interesses sociais e individuais disponíveis e indisponíveis.
- 37 Dado o princípio da indivisibilidade, um membro do Ministério Público da União não pode substituir outro que exerça a mesma função, pois haverá implicações práticas nas atividades desenvolvidas.
- 38 A autonomia funcional abrange todos os órgãos que compõem o Ministério Público e garante que seus membros não se submetam aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário nem a outro órgão ou autoridade pública.
- 39 Se o Ministério Público apresentar ao Poder Executivo proposta orçamentária em desacordo com a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estará vedado de realizar os ajustes necessários, devendo a proposta ser restituída ao Ministério Público para que este proceda, no prazo de trinta dias, a tais ajustes.
- 40 Tanto o Ministério Público do Trabalho quanto o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios integram o Ministério Público da União.

No que se refere ao procurador-geral da República, aos demais procuradores-gerais e às garantias dos membros do Ministério Público da União, julgue os itens seguintes.

- 41 Somente depois de aprovado pelo Senado Federal, o procurador-geral da República deverá ser nomeado pelo presidente da República.
- 42 O procurador-geral do Distrito Federal e Territórios deverá ser nomeado pelo chefe do Poder Executivo, e seu mandato será de dois anos, sendo permitida somente uma recondução.
- 43 Um membro do Ministério Público adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício, podendo, contudo, perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado ou por processo administrativo específico.

No que diz respeito à composição e às atribuições constitucionais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens que se seguem.

- 44 Dos membros que compõem o CNMP, o procurador-geral da República é o único que prescinde de nomeação específica para exercer atividades nesse órgão.
- 45 O CNMP pode atuar de ofício para apreciar a legalidade dos atos administrativos e jurisdicionais praticados por membros do Ministério Público da União e dos estados.

No que concerne ao conceito de racismo institucional, julgue os itens subsecutivos, considerando a Recomendação CNMP n.º 40/2016.

- 46 **Situação hipotética:** Dois policiais militares faziam ronda em uma comunidade carente quando avistaram dois jovens negros caminhando juntos. Os policiais foram na direção dos jovens e jogaram bruscamente a viatura contra eles. Ao saírem do veículo, fizeram a abordagem de ambos. Um dos policiais apontava uma arma para um dos jovens, enquanto o outro policial, sem mandado judicial específico, revistava o outro jovem. Por não ter sido constatada nenhuma prática de ato ilícito, os jovens foram liberados. **Assertiva:** Os jovens poderão buscar o Ministério Público, que poderá atuar de maneira repressiva, judicial ou extrajudicialmente, para a apuração dos fatos.
- 47 No contexto institucional, a mera apelidação de empregado negro em razão de seu fenótipo racial caracteriza discriminação racial indireta, ainda que ele não se oponha a ser chamado pelo apelido.

Julgue os itens a seguir, à luz das disposições da Lei n.º 12.288/2010, da Lei n.º 10.639/2003 e da Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

- 48 Embora a legislação brasileira preveja proteção contra discriminação racial, não existe definição legal para o termo população negra, uma vez que a miscigenação característica da população brasileira inviabiliza tal definição.
- 49 **Situação hipotética:** O professor de história de uma escola pública de ensino fundamental está temporariamente impedido pela direção de continuar ministrando conteúdos sobre história e cultura da África. A medida foi tomada após a associação de pais ter alegado que o professor havia abordado o tema religiões africanas em uma aula, o que, para a associação, é incompatível com a educação formal. **Assertiva:** Embora o professor, por força da lei, deva ministrar conteúdos sobre história e cultura da África, o ordenamento jurídico veda que ele trate de temas de cunho religioso, porque isso fere o princípio da laicidade do Estado.
- 50 Medidas que visem garantir a certo grupo de minorias a superação de barreiras resultantes de desigualdade histórica e impeditivas ao exercício pleno de direitos e garantias fundamentais não devem ser consideradas discriminatórias, pois representam compromisso com a promoção de valores universais concernentes à paz e à igualdade entre diferentes povos, raças e nações.

Espaço livre